

Processo: 15731/2021

Requerente: PJ Refeições Coletivas Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços -
Processo Licitatório n. 16.957/2020

Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 25/06/2021 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços (Processo Licitatório n. 16.957/2020), que tem por objeto licitar a melhor proposta para prestação do serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã.

Inicialmente, cumpre informar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 02 de julho de 2021.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de irregularidade no certame, tendo em vista que não foi incluída na minuta de contrato cláusula que preveja a possibilidade de reajuste de preço após decorridos 12 (doze) meses da prestação dos serviços, em conformidade com o art. 40, IX da Lei n. 8666/93.

A Comissão de Pregão II, às fls. 28/30, recebeu a impugnação, eis que tempestiva, encaminhando o procedimento a esta Procuradoria-Geral para análise e manifestação de ordem jurídica, na forma do item 27.3 do edital, tendo em vista ser o termo de referência silente quanto aos critérios de reajuste a serem aplicados no decorrer da contratação.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 25/06/2021 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 30/06/2021.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

De acordo com o item 28.2 do edital, cabe ao Pregoeiro responder os pedidos de esclarecimento/impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Verifica-se que o Pregoeiro respondeu a impugnação às fls. 28/30, tendo encaminhado o procedimento para manifestação deste setor jurídico quanto à alegada irregularidade existente no edital.

Pois bem. Como ensina Joel de Menezes Niebuhr¹, o ordenamento jurídico pátrio estabelece três instrumentos para a viabilização do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, quais sejam, o reajuste, a revisão e a repactuação.

Segundo o referido doutrinador, o reajuste é um remédio para o desequilíbrio causado pelo processo anual normal inflacionário; a revisão, para os casos previstos no art. 65, II, d, da Lei 8.666/93, a exemplo do fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito, configurando área econômica extraordinária e extracontratual; por fim, a repactuação, para reestabelecer a equação econômico-financeira desequilibrada em face da chegada do período da data base prevista em

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes, Licitação Pública e Contratos Administrativos, 4ª Edição. Belo Horizonte, Editora Forum, 2015, p.1021.

acordos coletivos, dissídios ou convenções coletivas de categorias de profissionais previstas nos custos do contrato administrativo.

Sendo assim, s.m.j., assiste razão à impugnante.

O item 9 do edital dispôs tão somente acerca da revisão dos preços registrados, conforme previsto nos arts. 17 a 19 do Decreto n. 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, nada dispondo acerca do reajuste de preços.

Na minuta de contrato – Anexo V, Cláusula Sexta, denominada “Reajuste”, consta que os preços serão fixos e reajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

Tal cláusula dispõe, na verdade, acerca da revisão contratual, e não do reajuste.

Esta disposição é aplicada à ata de registro de preços, que não pode ultrapassar 12 (doze) meses de vigência, não se aplicando aos eventuais contratos que se originarão da ata, os quais seguirão a regra do art. 57 da Lei n. 8.666/93, podendo ter seus prazos prorrogados, conforme estabelece o art. 12 do Decreto n. 7.892/2013:

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Como já narrado anteriormente, o reajuste contratual é o instrumento pactuado no edital licitatório e no contrato administrativo com intuito de se manter equação econômico-financeira contratual ao longo de sua execução em face das variações de preços decorridas pelo processo inflacionário dos insumos do contrato. Assim, após certo período de execução contratual (12 meses), aplica-se o índice financeiro estabelecido no contrato para reajustar seu preço e reequilibrar sua equação econômico-financeira.

O art. 40, XI, da Lei 8.666/93 estabelece como cláusula obrigatória do edital licitatório o critério de reajuste do contrato:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

A.

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

De acordo com a Lei Federal n. 10.192/2001, a periodicidade anual nos contratos será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, invalidando a expressão “até a data do adimplemento de cada parcela” contida no dispositivo supracitado da Lei 8.666/93:

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

De acordo com o entendimento da AGU², transcorrida essa periodicidade anual, cabível o reajustamento do contrato, mesmo que não haja previsão editalícia ou contratual:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. REAJUSTAMENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM PRAZO DE DURAÇÃO INFERIOR A UM ANO. DIFERENÇA ENTRE INTERREGNO MÍNIMO DE UM ANO (ANUALIDADE) E PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO (VIGÊNCIA). EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE REAJUSTAMENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

I. Entende-se ser juridicamente possível o deferimento de repactuação ou reajuste em contratos cujo objeto seja a contratação de serviços de natureza continuada, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, ainda que esse contrato tenha previsão de duração de vigência inicial inferior a um ano.

II. O mesmo raciocínio se aplica ao reajuste de contratos por escopo com previsão de duração de vigência inicial inferior a um ano, desde que ele esteja em execução depois de decorrido um ano da data limite de apresentação da proposta ou a data do orçamento ao qual a proposta se reporta.

III. A ausência de previsão editalícia ou contratual de cláusula de reajustamento, mesmo em função do prazo de execução ou vigência ser, originariamente, inferior a um ano, não tem o condão de afastar o direito ao reajustamento do contrato, se transcorrida a periodicidade anual determinada pela Lei nº 10.192, de 2001.

Ainda que a Cláusula Décima-Quarta preveja que os casos omissos serão decididos pelo Município segundo as disposições da Lei n. 8.666/93, e que haja entendimento no sentido de que a ausência de previsão editalícia não afasta o direito ao reajuste do contrato, s.m.j., sugere-se que os critérios de reajuste sejam dispostos expressamente no instrumento contratual.

² PARECER n. 00004/2019/CPLC/PGF/AGU: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/arquivos/PARECERN000042019CPLCPGFAGU.pdf>

Por todo o exposto, opina-se pelo acolhimento da presente impugnação, com a remessa dos autos à Secretaria de Saúde para manifestação de sua competência quanto à definição dos critérios de reajuste a serem inseridos no instrumento editalício, com a consequente alteração da minuta contratual e encaminhamento à Comissão de Pregão II para ciência e adoção das medidas necessárias à republicação do edital para o prosseguimento do certame.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 05 de julho de 2021.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 062.642

Visto - De acordo
06/07/21
Ana Paula Brito Jordão
Procuradora-Geral do Município
Mat. 62.004



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo

PROCESSO Nº	15731/21
DATA	9 / 7 / 21
FOLHAS Nº	35
RUBRICA	

Processo: 15731/21 - 16957/2020

Requerente: PJ Refeições

Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão II;

Os autos retornam após a juntada do parecer emitido pela Procuradoria Geral, que procedeu análise jurídico/legal da impugnação interposta pela empresa requerente, assim considerando o parecer, esta Secretaria entende que a impugnação deve ser acolhida, para melhor adequação da regra editalícia

Nova Friburgo, 09 de julho de 2021.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137